MUNICÍPIO DE LOULÉ
Assembleia Municipal
Código Postal 8104-001

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Ata n.º10/2015
Sessão Ordinária de 28 de Setembro

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: ----------
---
----------**Lista de Presenças**:----------
---

18 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Fernando Domingos dos Santos, Hermes Luis de Brito Alberto, Heloísa Bárbara Madeira e Madeira (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Rebeca Porto Martins, Orlando Manuel Guerreiro Baptista, Rosana Corga Fernandes Durão, Fernando Pereira Marques, Miguel Ângelo Pinguinha da Piedade, Dinarte Luis Brás (em substituição de João Alberto Gonzalez Pedroso), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), José Fernando Florinda Carrusca (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira) e Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente); ----------
---

16 Deputados Municipais do PSD - Adérito Custódio Cavaco, Gilberto José Carapeto de Sousa, Jorge Manuel Guerreiro dos Santos, Fábio Manuel da Silva Bota, Irina Alexandra Mendes Martins, Felizardo Emanuel Martins Pinto, Analídio Correia da Ponte, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2.ª secretária), João Carlos Dias dos Santos (em substituição de Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha), Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues (em substituição de Maria Graciete Baião Botelho Freitas),

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Duarte José de Sousa Duarte (em substituição de Ricardo Manuel Casanova Lampreia), Silvia Maria Luis Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Ana Maria Alberto Rosendo (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Helder Faísca Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); ----------

---

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins;----------

---

1 Deputado Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes;----------

---

Os Vereadores do PSD, Paulo Viegas Martins, Eugénio Manuel Coelho Guerreiro;----------

---

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os Deputados Municipais do PS, João Alberto Gonzalez Pedroso, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Dinarte Luis Brás.----------

O Deputado Abílio Vargas Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, José Fernando Florinda Carrusca.----------

Os Deputados Municipais do PSD, Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, tendo os mesmos sido substituídos respetivamente por João Carlos Dias dos Santos, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues e Duarte José de Sousa Duarte.----------

O Deputado Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Ana Maria Alberto Rosendo.----------

---

O Vereador do PSD, Helder Manuel Faria Martins, apresentou pedido de Renuncia ao Mandato.----------

---

Faltou sem ter apresentado justificação de falta, a vereadora Marilyn Tomás Galvão da Conceição.----------
---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, Adriano Lopes Gomes Pimpão, iniciou a sessão:----------
---

---------- **Ordem de Trabalhos**----------

1- Intervenção do Público;----------
2- Aprovação de Atas;----------
3- Informação sobre expediente recebido;----------
4- Período de Antes da Ordem do Dia;----------
5- Moções;----------
6- Período da Ordem do Dia;----------
---

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro;----------
---

b)- Proposta 40/2015- Apreciação da Informação Semestral do Auditor Externo, tendo em consideração o disposto na alínea d) do n.º2 do artigo n.º77 da Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro;----------
---

c)- Proposta 41/2015- Deliberação relativa à 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 3.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais e 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12/09;----------
---

d)- Proposta 42/2015- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais- Abertura de Procedimentos Contratuais, tendo em consideração o estabelecido na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º8/2012, de 21/02;----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

e)- Proposta 43/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a Operação de Regularização do Estabelecimento Comercial (Unidade de Gestão de Veículos em Fim de Vida) - Sítio da Igreja - Freguesia de Almancil - Proc.n.°887/15DV do Requerente AUTOREBOQUES DIMAS & INÊS LDA., para efeitos do previsto na alínea a) do n.°4 do art.°5.° do Dec.Lei n.°165/14 de 05/11;----------

---

f)- Proposta 44/2015- Deliberação relativa à Desafetação de Bens do Domínio Público Municipal (Edifícios Escolares), de acordo com a alínea q) do n.°1 do art.° 25.° da Lei n.°75/2013, de 12 de Setembro;------

---

g)- Proposta 45/2015- Deliberação relativa ao Regulamento Municipal sobre o Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público;----------

---

h)- Proposta 46/2015- Deliberação relativa ao Regulamento das Componentes de Apoio à Família dos Alunos do Pré-Escolar e 1.° Ciclo do Ensino Básico;----------

---

i)- Proposta 47/2015- Deliberação relativa ao Regulamento do Projeto Férias para Todos;----------

---

j)- Proposta 48/2015- Deliberação relativa ao Plano de Pormenor na Modalidade de Plano de Intervenção no Espaço Rural para a Construção de um Parque de Campismo na Freguesia de Quarteira, designado por PPIERRPCQ, e da respetiva Declaração Ambiental, nos termos do n.°1 do art.°79.° do Decreto-Lei n.°46/2009, de 20 de Fevereiro, conjugado com as alíneas h) e r) do n.°1 do Artigo 25.° da Lei n.°75/2013, de 12 de Setembro;----------

---

k)- Apreciação da Informação relativa ao Contrato de Gestão entre a Câmara Municipal e o Presidente do Conselho de Administração da LC Global, EM, nos termos do Dec.Lei n.°8/2012, de 18 de Janeiro;-------

---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

l)- Apreciação da Informação relativa à Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – RMUE;----------

---

m)- Apreciação da Informação relativa à Alteração do Plano de Pormenor n.º 1 de Almancil – Discussão Pública;----------

---

n)- Apreciação da Informação relativa à Alteração do Plano Diretor Municipal de Loulé – Relatório da Participação Preventiva;----------

---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia,** começou por informar as bancadas, acerca dos respetivos tempos de intervenção para cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos.----------

---

Seguidamente entrou-se no primeiro ponto da OT, Período de Intervenção do Público:----------

---

1- Intervenção do Público;----------

Começou por ser dada a palavra ao **munícipe Manuel Costa,** que abordou a questão da despoluição da Ribeira de Quarteira no âmbito do Orçamento Participativo na freguesia de Boliqueime, tendo ficado acordado a promoção de reuniões com entidades relacionadas com o projeto, nomeadamente representantes das Águas do Algarve, Junta de Freguesia e Inframoura, tendo sido o projeto excluído sem comunicação prévia depois de ter sido votado. Os preponentes tomaram conhecimento via terceiros e posteriormente por contacto telefónico o Dr.Ricardo Tomás, gestor do orçamento participativo, foi questionado acerca das razões da exclusão do projeto, tendo recebido mais tarde um email, onde informava que a decisão se prendia com questões financeiras. Considera que ultrapassar uma votação popular sem justificação, é um atentado grave à democracia e à participação popular. Neste sentido disse que iria tomar todas as medidas que achar convenientes.----------

Seguidamente usou da palavra o **munícipe Rogério Ferreira**, começando por se congratular com a conclusão da variante Norte-Nordeste de Quarteira por ter sido terminada dentro do prazo previsto.----------
Disse que já tinha sido questionado por várias pessoas em Quarteira, começando por colocar uma questão sobre uma escada traseira da Estação dos correios em Quarteira, que se encontra atada com umas fitas de segurança e com a porta fechada desde o passado mês de Maio, e que lhe foi dada a explicação que tal situação se prendia com uma reparação da escada que teria que ser feita pela Câmara Municipal de Loulé. Questionou o Executivo se teria dado entrada na Câmara Municipal algum pedido dos Correios a solicitar autorização para a construção de uma escada maciça. Questionou ainda se existe alguma previsão da obra da "ASanto", se o projeto está concluído, naquele terreno que pertence à Câmara Municipal. Questionou ainda para quando estará prevista a requalificação do Jardim Filipe Jonas.----------
---
Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para responder às questões suscitadas pelos munícipes e começando concretamente pelo munícipe Rogério Ferreira, disse desconhecer a existência de algum pedido para reparar as escadas do edifício dos CTT em Quarteira, dizendo que iria averiguar a existência de algum pedido, porque neste momento não tem resposta para essa questão.----------
No que respeita ao projeto da "ASanto", a Câmara está internamente a fazer um projeto para aquele espaço, espaços verdes para tornar o espaço mais agradável, uma vez que o mesmo tem nobreza e dimensão para poder merecer uma intervenção mais qualificada. Quanto à requalificação do espaço Jardim Filipe Jonas, será igualmente alvo de requalificação, porque temos em curso um projeto, que será objeto de uma candidatura com vários outros municípios para poder aceder a um fundo próprio para intervenções desta natureza neste e noutros espaços semelhantes públicos.----------
---
Em seguida usou da palavra o senhor **Vice-Presidente, Hugo Nunes**, e respondendo às questões levantadas pelo munícipe Manuel Costa, relativamente ao Orçamento Participativo, referiu que nesta fase o Executivo tem conhecimento das várias propostas resultantes das sessões do Orçamento Participativo nas freguesias. Foi apurado que por indefinição

da área geográfica de abrangência, não era possível quantificar a intervenção e nesse sentido as equipas municipais, entenderam retirar a proposta. Foi também informado que houve um problema de comunicação dessa decisão aos promotores e que assumiam essa falha. Independentemente disto a Câmara Municipal está disponível para receber os promotores para analisar a proposta e perceber de uma forma mais concreta a área de intervenção, podendo dessa forma ser avaliada o custo da intervenção.----------

2- Aprovação de Atas;----------

O senhor Presidente da Assembleia, informou que se encontram para votação 2 Atas.----------

A **Ata n.º 8** de 31 de Julho, foi colocada à votação e aprovada por maioria com 31 votos a favor e 2 abstenções.----------

A **Ata n.º 9** de 03 de Agosto (da continuação da reunião de 31 de Julho), foi colocada à votação e aprovada por maioria com 31 votos a favor e 2 abstenções.----------

A senhora **Deputada Irina Martins (PSD)**, fez uma declaração de voto oral, justificando a sua abstenção na votação das Atas pelo facto de não ter estado presente nas mesmas.----------

3- Informação sobre expediente recebido;----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, fez referência a uma carta do cidadão Adelino Pinto, referente ao Regulamento dos serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Vale do Lobo, onde apresenta vários argumentos contra o critério que foi seguido e esta será remetida para o Executivo para ser dada a devida resposta.-------

4- Período de Antes da Ordem do Dia:----------

Pediu a palavra o senhor **Deputado Vítor Cristiano (PS)**, para se congratular pela forma como decorreram os eventos de Verão, nomeadamente o Festival Med e a Noite Branca tendo sido reconhecidos como grandes eventos a nível

nacional que muito prestigiam este concelho fazendo com que o mesmo tenha uma promoção e uma visualização a nível nacional e no estrangeiro.----
---

Seguidamente o senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**,congratulou-se dando os parabéns à Câmara pelo excelente trabalho de organização da Noite Branca, tendo questionado da sua periodicidade de 2 em 2 anos e igualmente sobre o valor despendido com a realização do evento. Louvou ainda sobre a iniciativa da Câmara Municipal de oferecer os livros escolares aos alunos do 1º ciclo, defendendo a postura de ajudar realmente quem necessita e falou ainda sobre a questão do sistema das refeições. Focou ainda a questão dos transportes escolares, nomeadamente uma situação que se tem verificado referente a alunos da zona de Benafim e Alte que viajam de pé, situação essa bastante perigosa.----------
Por fim questionou sobre qual a data prevista para a finalização das obras na Rua Serpa Pinto.----------
---

Usou da palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que abordou a questão do Regulamento Municipal de Perequação Compensatória e dos Fundos de Compensação e nomeadamente da sua fiscalização uma vez que o Executivo anterior resolveu brindar-nos com uma violação dos direitos dos municípios de Loulé. O regulamento aprovado na sessão de Câmara não prevê a existência de qualquer órgão de fiscalização nomeadamente um ROC único que certifique as contas do fundo.----------
---

Em seguida usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo eu tinha algumas questões a colocar ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Questionou qual o ponto de situação do Canil Municipal e da melhoria das atuais instalações e ainda como está o processo de criação de novas instalações. Em relação ao processo disciplinar instaurado ao médico veterinário, questionou qual o ponto em que se encontra o mesmo.----
Em relação ao Orçamento Participativo, o processo está em curso e a fase da votação dos projetos aprovados e selecionados termina no final deste mês, e no que respeita aos projetos aprovados no ano anterior, qual será a posição de cada um deles. Sobre as alterações do IMI indagou sobre a posição da Câmara no que se refere à redução da carga fiscal dos contribuintes----------

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Quanto à variante de Quarteira recentemente inaugurada, um projeto moderno, com uma rotunda bastante inclinada e questionou se não seria viável a colocação de bancos ao longo da via em detrimento de algumas papeleiras que estão em excesso e se não seria viável igualmente a construção de uma via ciclavel ao longo da avenida. Salientou ainda o sucesso que foi o Festival MED e a Noite Branca e solicitou à Câmara informação sobre o custo final de cada um destes eventos e em que rúbrica do Orçamento irá ser colocado.----------
---

Em seguida usou da palavra a senhora **Deputada Rebeca Martins (PS)**, que abordou a questão dos manuais escolares gratuitos para o 1º ciclo e recordou em que contexto é que surge esta iniciativa pelo Executivo Camarário, que é capaz de sustentar esta iniciativa bem como o programa Férias para Todos, uma vez que as políticas sociais e educativas devem estar presentes no espírito destas iniciativas, uma vez que a pobreza infantil abrange $\frac{1}{4}$ das crianças e jovens em Portugal considerando-se privados de várias dimensões de bem-estar. Por todas estas razões a bancada do PS congratula-se pela distribuição gratuita de todos os manuais escolares obrigatórios pela totalidade dos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico. Abordou ainda a questão da Universidade do Algarve, lamentou o facto do programa Mais Superior que visa a concessão de 1020 bolsas com um valor de 1500€ anuais aos estudantes que se inscrevam nas instituições localizadas fora dos grandes centros que a Universidade do Algarve tenha sido pelo 2º ano consecutivo excluída por deliberada decisão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Congratulou-se pelo facto de através da Fundação Antonio Aleixo, ir ser criada uma quota de bolsas para estudantes do concelho com destino a esta mesma Universidade.----------
---

Usou da palavra o senhor **Deputado Analídio Ponte (PSD)**, que se congratulou com o evento da Noite Branca e questionou sobre os valores gastos com o mesmo. Questionou ainda o Executivo para quando está previsto o fecho da Circular de Loulé.----------
---

Para responder às questões suscitadas, interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que começou por explicar que em relação à Rua Serpa Pinto, o prazo acordado não irá ser cumprido, irá haver uma pequena

alteração do prazo, apesar do esforço enorme para que a obra pudesse ser feita nos prazos acordados.----------
Em relação ao transporte escolar dos alunos de Benafim, disse considerar grave e desconhecer o que se terá passado e que irá averiguar o que se passou.----------
Relativamente à Avenida nova de Quarteira, aquele projeto foi aprovado em 2009 e terá sido feito em 2006 e foi executado, contando que no futuro haja ali pessoas a viver e por enquanto não existe nenhuma construção nova. Referiu ainda que a colocação de bancos poder-se-á ponderar essa hipótese porque circulam ali pessoas.----------
Em relação ao Canil Municipal, foi ampliada a sua capacidade, não existe projeto nenhum novo. Informou ainda que a Câmara Municipal trabalha em articulação com o Canil de S.Francisco já há muitos anos, e a sua relação tem melhorado nos últimos tempos significativamente e as respostas têm sido encontradas por efeito desta articulação. No que respeita ao processo disciplinar foi fornecida toda a informação solicitada e neste momento está na fase do "contraditório".----------
Quanto à Circular de Loulé, tem sido uma preocupação do executivo até porque faz parte do Plano Nacional Rodoviário 2000, onde estava prevista a execução daquele troço da Circular de Loulé e neste momento crê que não há grande disponibilidade do Estado para concluir aquela obra, bastante importante para Loulé, mas a quem compete é à Administração Central.------
---

Usou em seguida da palavra o senhor **Vereador João Martins**, para responder que em relação aos transportes camarários não há qualquer situação dos alunos viajarem de pé, porventura terá sucedido num conjunto de serviços solicitados à EVA, e que já no decorrer desta reunião tem informação por parte da Divisão de Educação que a situação desde a passada sexta-feira se encontra resolvida e em conformidade com as regras de segurança no transporte de pessoas.----------
---

Seguidamente usou da palavra o senhor **Vice-Presidente, Hugo Nunes**, para responder às questões solicitadas, começando por explicar que o Evento da Noite Branca fez-se durante 2 ou 3 anos de forma seguida, depois em 2010, 2013 e agora em 2015. Existe a vontade que o evento seja bianual e neste momento ainda não estão encerradas todas as contas para poder dar o valor

exato do que foi gasto com a realização do mesmo, sendo que a estimativa aponta para um acréscimo na ordem dos 5% sendo duzentos e alguns milhares de euros.----------
No que respeita ao Orçamento Participativo de 2014, preparou intervenções para 2015 constam das Grandes Opções do Plano e estão em execução, estando umas executadas e outras em curso.----------
No que respeita ao IMI a Lei permite que sejam concedidas isenções de IMI até às percentagens referidas.----------
---
5-Moções;----------

Neste ponto não se verificaram quaisquer Moções.----------

6- Período da Ordem do Dia:----------
---
a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro;----------
---
Para introduzir este ponto interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, dizendo que se trata de um relatório extenso que traduz com fidelidade o mais relevante da atividade camarária.----------
---
Em seguida o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, congratulando o Executivo pelo nível de obras realizada e expressas neste relatório e pelo pormenor desta informação detalhada sobre as várias valências de ação do Executivo Camarário, resultado de uma gestão eficaz. Comparativamente a igual período do ano passado, evidenciou o aumento de impostos diretos de 11,11% e do aumento de receita 14,7% resultando 9 milhões de euros. Teceu ainda algumas considerações sobre a forma relevante como o relatório está elaborado.----------
---
O senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, em relação à Atividade Municipal, evidenciou que no que diz respeito à Ação Social e na parte Escolar os resultados são bastante positivos. Salientou ainda o facto do concelho de

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Loulé apresentar dinamismo económico, esperando desta forma a criação de mais emprego. Questionou o Executivo sobre qual o impacto de grandes empreendimentos em relação ao comércio local, que estão a ser iniciados no nosso concelho como sendo o IKEA, Quinta da Ombria, Vilamoura Lakes e alguns centros comerciais, como o Mat Diver, Apolónia etc.----------
No que respeita à situação financeira do município, verifica-se um aumento substancial nas receitas em cerca de 9 milhões de euros e um saldo contabilístico de 7,5 milhões de euros, devido em parte aos impostos do IMI e do IMT e Imposto de Circulação.----------
Pediu esclarecimentos sobre as Transferências de Capital de 4,4 milhões de euros, bem como o aumento de Aquisição de Serviços.----------
Congratulou-se pela boa saúde financeira da autarquia, com um controle orçamental eficaz.----------
Questionou o Executivo como pensa redistribuir estes acréscimos de receita pelos cidadãos e contribuintes, como a redução do IMI nas taxas e tarifas de fornecimento de serviços, no reforço da Ação Social ou aguardar e aplicar em obras e despesas algumas de duvidosa necessidade.----------
---

Usou da palavra a senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, que questionou o Executivo sobre uma menção de que vão ser criados 3000 postos de trabalho diretos com o IKEA e se esta estimativa entrou em consideração com a perda de postos de trabalho no comércio local.----------
---

O senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, interveio e congratulou-se pela intervenção do deputado Calçada Correia porque há uma recuperação da economia pelo aumento das receitas dos impostos que vai beneficiar o município, o que reflete a recuperação da economia. Em relação ao IKEA disse não acreditar na criação dos 3000 postos de trabalho.----------
---

Em seguida o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, teceu algumas considerações sobre a política financeira do Executivo Municipal enaltecendo a sua gestão equilibrada.----------
---

O senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, fez referência à dívida pública no caso da Câmara de Loulé.----------
---

Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente, Hugo Nunes**, dando uma breve nota quanto à cerimónia do IKEA.----------
Disse ainda que as receitas estão a subir mas não sendo pela cobrança do IMI, a receita em parte é resultado do IMT e por um conjunto de outras rúbricas, nomeadamente às transferências de capital. A autarquia não recorreu a nenhum empréstimo de curto prazo, o Executivo não está autorizado pela Assembleia Municipal a abrir qualquer processo de empréstimo de curto prazo nem de longo prazo. Fez ainda uma explanação de todos os processos de obras terminadas e outras adjudicadas já neste exercício do mandato de 2015. Há um aumento de execução de um conjunto de obras financiadas que permitiram recuperar essas verbas.----------
Há um acréscimo de custos com aquisição de serviços, para fazer face à qualidade dos serviços prestados aos munícipes do concelho.----------
---
Seguidamente o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, referiu-se às questões colocadas por alguns deputados, que têm que ver com grandes investimentos que recentemente foram anunciados e que já entraram na sua fase de arranque e qual o seu impacto com a economia local. Referiu que são investimentos distintos e que o impacto na economia local será distinto. O investimento da Quinta da Ombria, irá criar muitos postos de trabalho com um impacto positivo para a economia local. No que se refere ao IKEA, é um projeto que transitou do anterior Executivo e que terá um impacto positivo e negativo, sendo que ao nível de contratação de pessoas na fase do arranque da obra terá concerteza algum impacto na diminuição do número de desempregados no concelho.----------
---
b)- Proposta 40/2015- Apreciação da Informação Semestral do Auditor Externo, tendo em consideração o disposto na alínea d) do n.°2 do artigo n.°77 da Lei n.°73/2013, de 3 de Setembro;----------
---
O senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, disse que este relatório é técnico, chamando a atenção para a rúbrica 2.74 (os Proveitos Diferidos) que tem a ver com as contrapartidas do Vilamoura XXI e de Vale do Lobo com um valor de 5 milhões e 500 mil euros. Referiu ainda a questão dos impostos diretos que teve uma taxa de execução em 6 meses de 50,38% e

que no IMT teve uma taxa de execução de 72,34%.----------

Seguidamente o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, fazendo referência ao valor dos 5 milhões e meio de euros não cobrados, questionou o Executivo sobre o que é que já tinha sido feito para resolver esta situação.----------
Quanto ao ponto 4.4 (utentes com cauções de cerca de 2,2 milhões de euros) trata-se de outra situação recorrente nestes assuntos. Questionou se a obrigatoriedade da Lei, referente à transferência de um Fundo a gerir ou se existe outra viabilidade deste dinheiro ficar no município, uma vez que parece que nem toda a gente reclamou.----------
---

Posteriormente o senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, referiu que no relatório é evidenciado o capital disponível de 30 milhões de euros em contas bancárias e que possivelmente a 31 de Dezembro já devem passar os 40 milhões, sendo que o IMT está a dar uma grande ajuda. Relembrou ainda que a Rede de Água e Esgotos ainda não se encontra finalizada e que neste momento a Câmara tem dinheiro suficiente para fazer essas obras.----------
---

Seguidamente usou da palavra o senhor **Vice-Presidente**, esclarecendo algumas questões colocadas pelos senhores Deputados, relativamente ao Relatório do Revisor Oficial de Contas.----------
---

Também usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para responder ao senhor Deputado Fábio Bota (PSD), dizendo que este Executivo, neste momento está a terminar as obras que transitaram do Executivo anterior, o que é normal, tal como aconteceu com todos os Executivos, mas também já se estão a iniciar projetos novos, referindo ainda que o Município tem necessidades, e tem meios, é natural que tenha que aparecer trabalho, obras grandes e obras pequenas.----------
---

Concluída a Apreciação da Informação Trimestral do Auditor Externo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, passou de imediato à proposta seguinte da Ordem do Dia:----------
---

c)- Proposta 41/2015 - Deliberação relativa à 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 3.ª

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Revisão ao Plano de Atividades Municipais e 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;----------

---

Para apresentar a proposta, foi concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente**, que sintetizando disse que se trata de uma revisão orçamental, desdobrada em vários documentos e que tem 2 objetivos. O primeiro trata-se de uma obrigação legal. O segundo objetivo, tem a ver com a inscrição de rúbricas novas, detalhadas nos documentos que a AM tem solicitado ao Executivo, que também justificam esta revisão. Também foi aproveitado o momento para corrigir os valores relativos a algumas rúbricas, dando como exemplo, o (aumento do valor) do IMT e o (redução do valor) IMI. No total o orçamento municipal, com esta revisão e com a incorporação do saldo, cresce 4 milhões de euros. Quanto à "Dotação Provisional", disse tratar-se de uma almofada, que resulta da incorporação do saldo. A verba que lá está, será afetada a outras rúbricas, se e quando, for necessário. O peso desta dotação provisional, fica abaixo dos 3% do total do orçamento.----------

---

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que solicitou esclarecimentos ao Executivo, relacionados com a Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e com a Revisão ao Orçamento da Receita.------

---

Também usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que começou por questionar o Executivo sobre algumas obras. Relativamente ao Parque Urbano e Agrícola de Loulé, perguntou acerca do tipo de atividades que se pretendem desenvolver neste projeto. Abordou também o projeto da Igreja Matriz de Loulé, que de acordo com o projeto, trata-se de obras de recuperação do exterior, interior e estrutura dos altares, das quais discorda que sejam financiadas pela CML, pois não se trata de um património municipal, solicitando esclarecimentos sobre a comparticipação da Câmara, em que âmbito e que foi feita, e se existe algum protocolo, ou se se trata de um subsidio.----------

---

Foi concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente** para esclarecer as questões colocadas pelo senhor Deputado Calçada Correia (PS).----------

---

De seguida o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, também interveio para responder às questões colocadas pelo senhor Deputado Carlos Martins (BE). Sobre o Parque Urbano e Agrícola de Loulé, disse que numa primeira fase o que se pretende é uma intervenção na estrutura dos caminhos tradicionais, que são caminhos públicos, para permitir uma maior frequência e utilização daquela área estratégica a sul de Loulé. Futuramente, haverá outra fase que terá a ver com a iniciativa privada. Quanto à Igreja Matriz de Loulé, disse que se trata de uma igreja que está muito degradada, e é um monumento nacional, emblemático da cidade de Loulé, por isso a Câmara tem a responsabilidade de não o deixar degradar ainda mais, pelo que irá fazer ali uma intervenção, no sentido de requalificar aquela igreja, numa atitude assumida de colaboração e sem preconceitos, com a Igreja Católica, assim como com todas as religiões e organizações religiosas, que solicitem apoio da CML.----------
---

Voltou a pedir a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, e ainda sobre o projeto do Parque Urbano e Agrícola, questionou o Executivo se este, abrange ou não, a Ribeira do Cadoiço e sua envolvente, pois também é muito urgente uma intervenção naquela zona, sobretudo quanto ao pavimento que todos os anos cai para a linha de água. Em relação à obra da Igreja Matriz de Loulé, revelou que não é contra o apoio prestado pela Câmara, mas que deveria ser feito através de um pedido de comparticipação nas obras. --
---

Também pediu a palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que questionou o Executivo acerca da existência ou não, de um protocolo entre a CML e aquela Igreja.----------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que disse desconhecer qualquer protocolo entre a CML e aquela Igreja. No entanto referiu que tem havido sempre uma relação de colaboração entre ambas, e uma total abertura, que tem permitido a utilização da Igreja para espetáculos musicais e culturais promovidos pela CML.----------
---

Não havendo mais intervenções sobre esta proposta, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a mesma a **votação**, tendo sido **aprovada**

por maioria, com 17 abstenções, e 19 votos a favor.----------
---

Dando-se continuidade aos trabalhos, retomou-se a Ordem de Trabalhos, passando-se à proposta seguinte:----------
---

d)- Proposta 42/2015- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais – Abertura de Procedimentos Contratuais;------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que disse que esta proposta aparece no seguimento da Revisão ao Orçamento e da introdução de novas rúbricas que têm execução para além do ano civil em curso. Desta forma e de acordo com a Lei, a Assembleia Municipal tem que autorizar esses compromissos.----------
---

Não havendo intervenções por parte dos senhores Deputados sobre esta proposta, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a mesma a **votação**, tendo sido **aprovada por unanimidade.**----------
---

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se de imediato à proposta seguinte:----------
---

e)- Proposta 43/2015- Deliberação relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a Operação de Regularização do Estabelecimento Comercial (Unidade de Gestão de Veículos em Fim de Vida) – Sítio da Igreja – Freguesia de Almancil – Proc. n.º 887/15DV do Requerente AUTOREBOQUES DIMAS & INES LDA.----------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar a proposta que visa viabilizar e regulamentar o exercício de uma atividade económica que é indispensável no Concelho, mas que até hoje não está devidamente licenciada. Existe neste momento essa oportunidade de licenciamento nos termos legais e é nesse sentido que surge esta proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal.----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, que questionou o Executivo acerca da existência, ou não, de algum tipo de divulgação junto

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

das empresas por parte da CML, sobre este regime de exceção.----------
---

De seguida usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que respondeu a esta questão, dizendo que não há qualquer tipo de divulgação, para além do que está expresso na Lei. Este regime de exceção existe, e as empresas e pessoas interessadas, que têm a possibilidade de usufruir dele, apresentam na CML o projeto, o processo segue os seus trâmites e chega à Assembleia Municipal para aprovação final.----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que relativamente a esta proposta referiu a Lei n.º 165/2014, que clarifica e regulariza este tipo de situações, bem fundamentadas, para empresas que já estão criadas e a laborar, e que implica a elaboração de um estudo económico e social. Este regime de exceção é só para situações/empresas que reúnam condições para serem regularizadas.----------
---

Também usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que alertou a CML para a fiscalização, questionando o Executivo sobre a capacidade da Câmara poder fazer ações de fiscalização, após este regime de exceção, naquele tipo de unidades comerciais e industriais.----------
---

Voltou a usar a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, dizendo que a CML tem poderes e condições para fiscalizar este tipo de atividade e que também o Ministério da Economia, o fará, através da sua Delegação Regional.----------
---

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores Deputados sobre esta proposta, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a mesma a **votação**, tendo sido **aprovada por unanimidade**.----------
---

Dando-se continuidade aos trabalhos, foi retomada a Ordem de Trabalhos, passando-se à proposta seguinte:----------
---

f)- Proposta 44/2015- Deliberação relativa à Desafetação de Bens do Domínio Público Municipal (Edifícios Escolares);----------
---

Foi concedida a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar a proposta, dizendo que a CML pretende atribuir estes edifícios escolares, que estão sem vida e a degradar-se, a associações e outras organizações, muitas com interesse associativo e público, desde que conservem os edifícios e façam a sua manutenção. Referiu que não faz sentido a CML ter espaços vazios a degradarem-se, quando por outro lado existem entidades que necessitem de espaços para as suas atividades, e esta é uma boa solução. O modo como se faz é que se alterou, por força da Lei de forma a que, esta conceção, cedência, passe primeiro pela desafetação do conjunto de bens, edifícios do domínio público municipal, e só depois celebrar um protocolo com estas organizações e associações, e essa competência é do domínio da Assembleia Municipal.----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que solicitou uma clarificação ao Executivo, quanto ao número de edifícios a desafetar, uma vez que na proposta referem 29 edifícios, mas na lista que está anexa à mesma, só constam 23 edifícios, questionando se se trata de uma falha (ausência de uma página no documento), ou se terá havido alguma alteração e consequentemente uma redução no número de edifícios.----------
---

Respondendo à questão colocada pelo senhor Deputado Carlos Martins (BE), o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, disse que tal se devia a alguma falha, e que efetivamente deveria faltar alguma página na listagem, pois não tinha havido nenhuma redução no número de edifícios.----------
---

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, pediu que a Assembleia Municipal se pronunciasse em relação à lista que se encontra anexada a esta proposta, sugerindo que se até ao final da sessão a AM fosse informada dos 6 edifícios em falta nessa lista, a proposta poderia voltar a ser discutida e eventualmente, a ser aprovada.----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que de acordo com esta situação, sugeriu que fosse alterada a Ordem de Trabalhos, aguardando pela informação em falta, ficando esta proposta para o final da sessão.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Havendo consenso por parte de todos os Deputados Municipais, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu continuidade aos trabalhos, passando-se à proposta seguinte:----------
---

g)- Proposta 45/2015- Deliberação relativa ao Regulamento Municipal sobre o Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público;----------
---

Para apresentar esta proposta, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que referiu que este Regulamento já esteve em discussão pública, foram recolhidas algumas sugestões, tratando-se de um documento final, que vem à Assembleia Municipal, para aprovação.----------
---

Não havendo intervenções por parte dos senhores Deputados sobre esta proposta, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a mesma a **votação**, tendo sido **aprovada por unanimidade.**----------
---

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se de imediato à proposta seguinte:----------
---

h)- Proposta 46/2015 - Deliberação relativa ao Regulamento das Componentes de Apoio à Família dos Alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico;----------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que disse tratar-se de uma proposta que também foi a Discussão Pública, e que se trata de um documento final, que vem à Assembleia Municipal, para aprovação.----------
---

Não havendo intervenções por parte dos senhores Deputados sobre esta proposta, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a mesma a **votação**, tendo sido **aprovada por unanimidade.**----------
---

Dando-se continuidade aos trabalhos, foi retomada a Ordem de Trabalhos, passando-se à proposta seguinte:----------
---

i)- Proposta 47/2015- Deliberação relativa ao **Regulamento do Projeto Férias para Todos;**----------

---

Não havendo intervenções por parte dos senhores Deputados sobre esta proposta, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a mesma a **votação**, tendo sido **aprovada por unanimidade.**----------

---

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se de imediato à proposta seguinte:----------

---

j)- Proposta 48/2015- Deliberação relativa ao Plano Pormenor na Modalidade de Plano de Intervenção no Espaço Rural para a Construção de um Parque de Campismo na Freguesia de Quarteira, designado por PPIERRPCQ, e da respetiva Declaração Ambiental;----------

---

Para apresentar a proposta, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que disse tratar-se de um Plano que transita do Executivo anterior, em que existe uma pretensão, em relação ao terreno onde atualmente existe o Parque de Campismo de Quarteira, haver o desenvolvimento de um projeto imobiliário, tendo esse Executivo, entendido, e muito bem, que só viabilizaria qualquer iniciativa imobiliária para aquela área, desde que fosse criado um espaço alternativo, para se poder deslocalizar o Parque de Campismo atual. Para que isso possa ser feito, foi desenvolvido este Plano, com a respetiva Declaração Ambiental, que está hoje presente nesta sessão, para ser apreciado, discutido e eventualmente, aprovado.----------

---

De seguida usou da palavra a senhora **Deputada Irina Martins (PSD)**, referindo que nesta situação e na sua opinião, a Autarquia publicitou demasiado este Plano, quer em Editais quer nos meios de comunicação social, dando o exemplo dos jornais nacionais Público, Sol e Correio da Manhã, mas não nos jornais locais, que seria o que faria mais sentido, dado que se trata de um assunto de abrangência local e que deveria ter uma maior participação de interessados.----------

---

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que respondendo à senhora Deputada Irina Martins (PSD), informou que são os serviços camarários que tratam das publicações nos meios de comunicação social, pelo que, desconhece a razão pela qual este assunto não foi publicado na imprensa local e regional e que de futuro irá estar atento a este tipo de situações.----------
---

Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que este Parque de Campismo irá substituir o atual Parque de Campismo de Quarteira, que por lapso de alguém, esqueceu-se de incluir no PDM, como equipamento de interesse municipal, o que levou a uma medida cautelar, pela qual aquele Parque não sai de lá enquanto não houver outro em condições. Questionou o Executivo sobre o projeto e as contrapartidas e se estavam previstos acessos melhores, e se estes contemplam peões, ciclistas, viaturas, etc., dado que os atuais acessos do Parque à praia, são muito difíceis e fazem-se em vias muito estreitas e perigosas.----------
---

Respondendo ao senhor Deputado Carlos Martins (BE), o senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que nesta fase ainda nem há certezas sobre a existência de um investidor interessado em desenvolver ali um projeto para um Parque de Campismo, o que é uma verdadeira preocupação. E este Plano salvaguarda os nossos interesses caso haja interessados em fazer ali um novo Parque de Campismo, pois ninguém está obrigado a construir ali um Parque de Campismo. Espera que tal se concretize, porque um novo Parque de Campismo faz falta a Quarteira. Quanto aos acessos, a CML tudo fará para criar bons acessos entre o Parque e a Praia.----------
---

Também usou da palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, para solicitar um esclarecimento ao Executivo sobre esta matéria, uma vez que tinha a ideia de que havia um promotor, investidor, proprietário do atual Parque de Campismo de Quarteira, neste caso a Orbitur, e que seria o promotor deste novo espaço. Mas que de acordo com a última intervenção do senhor Presidente da CML, não será bem assim. Ainda em relação a este Plano, questionou o Executivo, se o mesmo tinha surgido por vontade da Câmara ou tinha sido solicitado por algum investidor externo.----------
---

289 400 809 E-mail: aml@cm-loule.pt 289 462 030

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que disse que este projeto foi desenvolvido por vontade da CML, e que enquanto este Plano não estivesse concluído, a Câmara não viabilizaria qualquer projeto para aquela área, e que neste momento a grande preocupação da CML é que surja um investidor.----------

---

Pediu novamente a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que de acordo com esta informação, disse que a posição de voto muda radicalmente, pois a ideia que tinha é que a proprietária Orbitur, transferia o Parque de Campismo, legalizava-o e automaticamente daria início a um processo de demolição, e construiria novos imóveis aprovados pela Câmara. Se não há essa garantia por parte da Autarquia e do senhor Presidente da Câmara, a bancada do BE tem muitas reservas em aprovar este Plano, pois também tem muitas reservas sobre a pretensão do promotor imobiliário que poderá, única e exclusivamente, acabar com o Parque de Campismo de Quarteira e deixar de parte a construção de um novo.----------

---

Também o senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)** pediu a palavra, dizendo que a questão levantada pelo senhor Deputado do BE, é pertinente, porque este processo surgiu no âmbito de uma proposta da Orbitur, para viabilizar um projeto de construção no atual Parque de Campismo. Contudo, e no seguimento destas informações, este processo torna-se confuso e deixa igualmente reservas à bancada do PSD quanto à aprovação deste Plano. Questionou o Executivo, sobre quem é realmente o proprietário dos terrenos onde está prevista a construção do novo Parque de Campismo? É mesmo a Orbitur? Porque já houve situações, não em Loulé, em que foram aprovados no Plano Diretor Municipal, campos de golfe e hotéis, onde os proprietários dos terrenos desconheciam essa aprovação. No caso do Parque de Campismo de Quarteira, neste momento começam a surgir uma série de questões e especulações, que deixam muitas dúvidas quanto à aprovação deste Plano.----------

---

Voltou a pedir a palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que realmente existe uma grande confusão processual neste Plano, no entanto, talvez seja possível viabilizar este Plano, porque no fundo tem que estar definido, do ponto de vista regulamentar e legal, de naquele espaço

ser desenvolvido um Parque de Campismo e Caravanismo, com a recomendação ao Executivo, de que, só aprova a ação de loteamento de construção dos terrenos, desde que nestes terrenos, neste espaço do Plano, a Orbitur garanta a transferência do novo Parque de Campismo.----------
---

De seguida, solicitou a palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, dizendo que existe um contrato assinado entre o Executivo da CML e a Orbitur, celebrado em 2009, e que há uma comissão de acompanhamento do processo, que integram 3 membros, 2 da CML e 1 representante da Orbitur. Terminou a sua intervenção, interrogando o atual Executivo acerca deste contrato, se ele já não existe?----------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que atendendo às questões levantadas pelos senhores Deputados Municipais, propôs a retirada desta proposta nesta sessão, para que sejam averiguadas todas as questões com os Serviços e com os Técnicos da CML, para que esta proposta possa voltar à Assembleia Municipal, com acréscimo de informação e devidamente clara.----------
---

Pediu ainda a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que ainda sobre este Plano, questionou o Executivo sobre a existência ou não de um Regulamento que integre este Plano.----------
---

Respondendo a esta questão colocada pelo senhor Deputado da bancada do BE, o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, disse que todos os Planos têm Regulamento.----------
---

Atendendo à proposta de retirada deste Plano, por parte do Executivo Camarário, e com a concordância de todos os presentes, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, retirou da Ordem de Trabalhos desta sessão a Proposta 48/2015- Deliberação relativa ao Plano Pormenor na Modalidade de Plano de Intervenção no Espaço Rural para a Construção de um Parque de Campismo na Freguesia de Quarteira, designado por PPIERRPCQ, e da respetiva Declaração Ambiental.----------
---

Dando seguimento aos trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, referiu um conjunto de Informações, que constam da Ordem de Trabalhos, que a Câmara Municipal entendeu remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento dos senhores Deputados Municipais:----------

---

k) – Apreciação da Informação relativa ao Contrato de Gestão entre a Câmara Municipal e o Presidente do Conselho de Administração da LC Global, EM, nos termos do Dec. Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro;------

---

l)- Apreciação da Informação relativa à Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – RMUE;----------

---

m)- Apreciação da Informação relativa à Alteração do Plano de Pormenor n.º 1 de Almancil – Discussão Publica;----------

---

n)- Apreciação da Informação relativa à Alteração do Plano Diretor Municipal de Loulé – Relatório da Participação Preventiva;----------

---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que acerca da **alínea k)**- Informação relativa ao Contrato de Gestão entre a CML e o Presidente do Conselho de Administração da LC Global, EM, questionou o senhor Presidente da Câmara acerca deste procedimento, se o mesmo é obrigatório também para as outras Empresas Municipais.----------

---

Respondendo a esta questão, o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, disse que a CML cumpre com tudo o que Lei obriga. Esta é uma situação nova, trata-se de um contrato com um conjunto de obrigações e de objetivos que são fixados e que têm que ser cumpridos por parte do gestor da Empresa Municipal. A seu tempo, serão presentes à Assembleia Municipal os Contratos Gestão referentes aos gestores das outras Empresas Municipais.----------

---

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que em relação à alínea l)- Informação relativa à Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – RMUE, solicitou ao senhor Presidente da Câmara, informação mais detalhada sobre este assunto, uma vez que, na sua

opinião, este assunto é de grande importância.----------

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, disse que este assunto já foi abordado na Assembleia Municipal, e que na altura explicou de que alterações se tratavam, pequenas alterações e pontuais, de adaptação a Legislação recente, que nos podem permitir, em determinadas circunstâncias, a legalização de algumas construções executadas em data anterior à aprovação do nosso PDM, referindo ainda que, não possui naquele momento mais detalhes, pois não veio munido de toda a documentação para esta sessão.----------
---

Concluindo a discussão deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que foi decidido por esta Assembleia Municipal, em reunião da Comissão Permanente, solicitar em determinado momento à CML, uma informação sobre o estado atual das alterações do PDM. O que está estabelecido, que decorre da lei e da boa cooperação institucional entre os órgãos municipais, é de que este será um assunto em que será fornecido aos Deputados Municipais, informação periódica e pormenorizada sobre as alterações ao PDM.----------
---

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, retomou a discussão da proposta suspensa nesta sessão:----------
---

f)- Proposta 44/2015- Deliberação relativa à Desafetação de Bens do Domínio Público Municipal (Edifícios Escolares);----------
---

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que disse já ter a informação em falta sobre os 6 edifícios escolares, que por lapso não constaram na listagem anexa a esta proposta. Referiu que faltavam, as escolas do Poço da Amoreira, Goldra, Poço Novo, Mesquita da Tôr, Alfarrobeira e Escanxinas.----------
---

Pediu a palavra a senhora **Deputada Carla Gomes (CDU)**, dizendo que relativamente a esta proposta, embora entendendo a justificação feita pelo senhor Presidente da Câmara, a bancada da CDU entende que não faz sentido que decorra nesta sessão esta votação, considerando logo os 29

edifícios escolares, sem uma análise detalhada de cada caso, que no seu entender também deveria vir justificada a finalidade da desafetação de cada edifício, porque alguns até já estão a ser utilizados por associações, e em alguns casos, possivelmente ainda existe a possibilidade das escolas serem reativadas, dando o exemplo da escola das Escanxinas.----------

---

Complementando a informação dada pela senhora Deputada da bancada da CDU, o senhor **Presidente da CML**, disse que, quer a escola da Alfarrobeira, quer a escola das Escanxinas, este ano, por iniciativa municipal, vão voltar a ser utilizadas, a nível do Ensino Pré-escolar.----------

---

Pediu a palavra a senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, dizendo que, no seu caso, fazendo parte de uma organização que utiliza o edifício da escola da Goldra, foi feito um protocolo de cedência entre o Executivo anterior e o Rotary Club de Loulé. Na utilização deste edifício, não foi feita nenhuma alteração, foram feitas pinturas interiores e exteriores, de restauro, mas tudo foi deixado como estava. Contudo, desconhece se esta é a prática corrente dos outros utilizadores de edifícios escolares, ou se por vezes eles os transformam, modificam. E sobre esta questão, pensa que, deve haver alguns cuidados, porque se trata de um património a ser preservado, da segunda metade do século XX, pelo que, deveriam ser considerados alguns requisitos nos protocolos de cedência que vierem a ser estabelecidos, alertando também a Câmara, para que em relação aos protocolos já existentes, possa ser verificado o estado de conservação dos edifícios que estão a ser utilizados há algum tempo.----------

---

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, solicitou novamente a palavra, dizendo que em relação à informação dada quanto à reutilização, este ano, das escolas da Alfarrobeira e Escanxinas, não tem lógica nenhuma que as mesmas constem na listagem desta proposta, pedindo a retirada das mesmas, contudo, foi chamado à atenção para o facto, de não ser possível alterar uma Deliberação de Câmara, sugerindo que esta proposta seja deliberada tal como está, sem prejuízo de posteriormente corrigir-se esta deliberação, relativamente a estas 2 escolas.----------

---

Perante esta situação, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**,

entendeu clarificar a sugestão apresentada pelo senhor Presidente da CML, quanto Deliberação que será votada, uma vez que surgem dúvidas quanto ao número de edifícios a desafetar, tratar-se-á de 23 ou 29? Na proposta refere 29, na listagem aparecem 23, mas afinal serão 27 edifícios?!---------

---

Respondendo a esta dúvida, o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, disse que deve ser tido em conta o que está na Proposta da Deliberação, 23 edifícios que constam da listagem anexa à mesma, mais os 6 edifícios que por lapso não foram incluídos na listagem, num total de 29 edifícios.---------

---

Atendendo à informação prestada pelo senhor Presidente da CML, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à consideração dos senhores Deputados Municipais, aceitarem ou não a sugestão do senhor Presidente da Câmara e prosseguirem para a votação desta proposta, com o compromisso de que voltaria à Assembleia Municipal uma nova proposta retificada, ou se entendem que esta proposta seja retirada desta sessão, e voltar posteriormente à Assembleia Municipal, para votação, devidamente retificada.----------

---

Havendo consenso por parte de todos os Deputados da Assembleia Municipal e do Executivo Camarário, a **Proposta 44/2015- Deliberação** relativa à **Desafetação de Bens do Domínio Público Municipal (Edifícios Escolares)**, foi retirada da Ordem de Trabalhos desta sessão.----------

---

Concluída a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------

---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____